

# O Conceito de Propriedade Intelectual

Denis Borges Barbosa (2002)

<a href="#">O que é Propriedade Intelectual .....</a>	<a href="#">1</a>
<a href="#">Propriedade Industrial .....</a>	<a href="#">2</a>
<a href="#">Novas formas de Propriedade Intelectual .....</a>	<a href="#">3</a>
<a href="#">Porque Propriedade Intelectual? .....</a>	<a href="#">4</a>
<a href="#">O argumento contra a propriedade intelectual .....</a>	<a href="#">5</a>
<a href="#">A primeira de todas as propriedades intelectuais .....</a>	<a href="#">6</a>
<a href="#">Por que “propriedade”? .....</a>	<a href="#">6</a>
<a href="#">Propriedade e função .....</a>	<a href="#">7</a>
<a href="#">A questão da exclusividade .....</a>	<a href="#">8</a>

## ***O que é Propriedade Intelectual***

A partir de 1967, constitui-se como órgão autônomo dentro do sistema das Nações Unidas a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI, ou, na versão inglesa, WIPO), englobando as Uniões de Paris e de Berna, além de perfazendo uma articulação com a recente União para a Proteção das Obtenções Vegetais, e a administração de uma série de outros tratados. .

A Convenção da OMPI define como *Propriedade intelectual*, a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. .

Antes da definição convencional, a expressão “Propriedade intelectual” aplicava-se, mais restritamente, aos direitos autorais; nesta acepção, encontramos extenso emprego na doutrina anterior. . Em sua origem, porém, como concebido por Josef Kohler e Edmond Picard nos fins do Sec. . XIX, o conceito correspondia ao expresso na Convenção da OMPI<sup>1</sup> . .

Tem-se, assim, correntemente, a noção de Propriedade intelectual como a de um capítulo do Direito, altíssimamente internacionalizado, compreendendo o campo da Propriedade Industrial, os direitos autorais e outros direitos sobre bens imateriais de vários gêneros. .

Porém, nem na Convenção da OMPI, meramente adjetiva, nem mesmo no mais recente Acordo TRIPs da Organização Mundial de Comércio, se tenta uma estruturação das normas jurídicas comuns a cada um e a todos capítulos da Enciclopédia Jurídica. . Os propósitos deste último diploma internacional não são, aliás, a construção de nenhum sistema jurídico, mas a derrubada da individualidade jurídica nacional, o que pode levar seguramente a uma harmonização, mas não necessariamente a uma elaboração lógica de um substrato comum, a não ser indutivamente. .

O Código de Propriedade Intelectual francês, de 1992<sup>2</sup>, tentativa inaugural de um corpo nacional integrado de normas sobre o tema, não foi, ainda, um parâmetro de racionalidade e sistematização comparável ao Code Civil de Pothier. . Código em nome, na verdade consolidação de normas preexistentes, sem evidenciar-lhes o sistema comum, a norma francesa será, possivelmente, um teste para o desenvolvimento de um Direito, no que hoje persiste sendo apenas um campo de prática profissional e o objeto de instituições administrativas nacionais ou supranacionais. .

O tratamento integrado das questões da propriedade intelectual como um todo, sem divisão entre patentes, cultivares, e direitos autorais – temas sujeitos a ministérios diversos na Administração Pública Brasileira -, vem de ser prestigiado pelo disposto no decreto de 21 de agosto de 2001, que Cria, no âmbito da CAMEX - Câmara de Comércio Exterior, o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual. .

## **Propriedade Industrial**

O que vem a ser Propriedade Industrial? Na definição da Convenção de Paris de 1883 (art. . 1, 2), é o conjunto de direitos que compreende as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os desenhos ou modelos industriais, as marcas de fábrica ou de comércio, as marcas de serviço, o nome comercial e as indicações de proveniência ou denominações de

---

1 Stephen P. . Ladas, The International Protection of Literary and Artistic Property 9-10 (1938), Arpad Bogisch, The First Hundred Years of the Paris Convention for the Protection of Industrial Property, 19 Indus. . Prop. . 191 (1983); Arpad Bogisch, The First Hundred Years of the Berne, Convention for the Protection of Literary and Artistic Works, 22 Copyright (W. .I. .P. .O. .) 291 (1986)

2 As citações que se fazem provem do texto do Código na edição Litec, de março de 1996, preparado por Michel Vivante.

origem, bem como a repressão da concorrência desleal. . A Convenção enfatiza que, conquanto a qualificação “industrial”<sup>3</sup>, este ramo do Direito não se resume às criações industriais propriamente ditas, mas “entende-se na mais ampla acepção e aplica-se não só à indústria e ao comércio propriamente ditos, mas também às indústrias agrícolas e extrativas e a todos os produtos manufaturados ou naturais, por exemplo: vinhos, cereais, tabaco em folha, frutas, animais, minérios, águas minerais, cervejas, flores, farinhas”<sup>4</sup>. .

Ao momento da construção da União de Paris, a singularidade de tais direitos em face dos chamados “direitos de autor” permitia a elaboração de normas autônomas tanto no seu corpo normativo quanto no institucional: a Convenção da União de Berna regulou, desde a última década do século XIX, um campo complementar, mas separado do da Propriedade Industrial, com Secretaria e tratados diversos. . A evolução da estrutura institucional internacional reflete, a partir daí, a crescente complexidade e ampliação dos direitos pertinentes, nascidos nos sistemas nacionais ou, pouco a pouco, na própria esfera supranacional. .

Já o Código da Propriedade Industrial em vigor (Lei 9.279 de 15 de maio de 1996) diz o seguinte:

“Art. 2º - A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, se efetua mediante: I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; II - concessão de registro de desenho industrial; III- concessão de registro de marca; IV - repressão às falsas indicações geográficas; e V - repressão à concorrência desleal”<sup>5</sup>. .

## **Novas formas de Propriedade Intelectual**

O recital do art. 2º. . do CPI não abrange, obviamente, a totalidade dos objetos da Propriedade Industrial, previstos em outras legislações nacionais. . O rol dos objetos legais é menor que os dos objetos possíveis na teia das relações econômicas; como veremos adiante, no tratamento das definições constitucionais de “outras criações industriais” e

---

3 No entanto, como se verá, quando tratarmos da questão do requisito de utilidade industrial para a concessão das patentes, se verá que o conceito de industrial terá um entendimento mais restrito, embora não exatamente ligado ao setor industrial. Industrial, em tal contexto, significará “relativo à mudança nos estados da natureza”, por oposição às simples operações conceituais, aritméticas ou, em geral, abstratas.

4 A Convenção de Paris (...) dispõe em seu Artigo I, 2o 2o, parágrafo o seguinte: "A proteção da propriedade industrial tem por objetivo os privilégios de invenção, os modelos de utilidade, os desenhos e modelos industriais, as marcas de fábrica e de comércio, o nome comercial e as indicações de procedência ou denominações de origem, bem como a repressão da concorrência desleal".

5 Um elemento inegavelmente integrante da propriedade industrial - o nome comercial, ou melhor, nome de empresa - não foi incluído na Lei 9.279/96. Certamente deveria tê-lo sido, pois subsistem todos os problemas de uma proteção múltipla, de base estadual, à qual se soma a aplicação do art. 8o. da CUP. Um verdadeiro caos. Apenas as singularidades institucionais (o INPI não cuida de nomes de empresa, as Juntas Comerciais e os Registros Cíveis de Pessoas Jurídicas não cuidam de marcas e, a rigor, nem dos nomes de empresa) e a diferença de prática profissional entre o generalista, que faz os registros de pessoas jurídicas, e do especialista, advogado ou “agente” de propriedade industrial, preveniram a sistematização, outrossim impositiva.

“outros signos distintivos”, haverá amparo para a constituição futura de outros direitos do mesmo gênero. .

O novo CPI francês, por exemplo, elenca entre seus objetos os produtos semicondutores, as obtenções vegetais, os caracteres tipográficos e as criações da moda, em regimes próprios <sup>6</sup>. . O Direito Americano abrange, além das formas tradicionais, um sistema de patente de plantas, a proteção às topografias de semicondutores, a repressão específica à publicidade enganosa, os direitos de publicidade e o princípio da submissão de idéia, seja como criação legal ou jurisprudencial <sup>7</sup>. . Não cessam aí as possibilidades. . Com toda certeza, teremos no futuro mais e mais figuras jurídicas intermediárias entre o Direito Autoral, no que se poderia chamar híbridos jurídicos <sup>8</sup>. .

### **Porque Propriedade Intelectual?**

A aceleração do processo informacional e o desenvolvimento da economia industrial passou a exigir, desde o Renascimento, a criação de uma nova categoria de direitos de propriedade. . Tal se deu, essencialmente, a partir do momento em que a tecnologia passou a permitir a reprodução em série de produtos a serem comercializados: além da propriedade sobre o produto, a economia passou reconhecer direitos exclusivos sobre a idéia de produção, ou mais precisamente, sobre a idéia que permite a reprodução de um produto. .

A estes direitos, que resultam sempre numa espécie qualquer de exclusividade de reprodução ou emprego de um produto (ou serviço) se dá o nome de “Propriedade Intelectual”. . Já ao segmento da Propriedade Intelectual que tradicionalmente afeta mais diretamente ao interesse da indústria de transformação e do comércio, tal como os direitos relativos a marcas e patentes, costuma-se designar por “Propriedade Industrial”. .

Nos países de economia de mercado a propriedade industrial consiste numa série de técnicas de controle da concorrência, assegurando o investimento da empresa em seus elementos imateriais: seu nome, a marca de seus produtos ou serviços, sua tecnologia, sua imagem institucional, etc. .

Assim, quem inventa, por exemplo, uma nova máquina pode solicitar do Estado uma patente, que representa a exclusividade do emprego da nova tecnologia - se satisfizer os requisitos e se ativer aos limites que a lei impõe. . Só o titular da patente tem o direito de reproduzir a máquina; e o mesmo ocorre como uso da marca do produto, do nome da empresa, etc. .

---

6 No último caso, a lei específica de 12 de março de 1952 foi codificada no art. L.112-2 do CPI.

7 Chisum e Jacobs, Understanding Intellectual Property Law, Matthew Bender 1992, p. 6-1 a 6-90.

8 Uma impressionante avaliação destas formas não homogêneas de propriedade intelectual pode-se ler no número especial da Columbia Law Review de dezembro de 1994 (94 Col.L.Rev. no. 8)

É de notar-se que, não obstante a expressão “propriedade” ter passado a designar tais direitos nos tratados pertinentes e em todas as legislações nacionais, boa parte da doutrina econômica a eles se refira como “monopólios”.

Tal se dá, provavelmente, porque o titular da patente, ou da marca, tem *uma espécie de monopólio* do uso de sua tecnologia ou de seu signo comercial, que difere do monopólio *strictu sensu* pelo fato de ser apenas a exclusividade legal de uma oportunidade comercial (do uso da tecnologia, etc. ) e não - como no monopólio autêntico - uma exclusividade de mercado. . Exclusividade a que muito freqüentemente se dá o nome de propriedade. .

Seguramente isso acontece porque o estatuto da propriedade tende a ser um dos conjuntos mais estáveis de normas de um sistema legal, permitindo a formulação da política de longo prazo, aumentando a segurança dos investimentos e direcionando a evolução tecnológica para os objetivos que a comunidade elegeu como seus. .

Vale também lembrar que, segundo a Constituição Brasileira vigente, a propriedade, e especialmente aquela resultante das patentes e demais direitos industriais, não é absoluta - ela só existe em atenção ao seu interesse social e para propiciar o desenvolvimento tecnológico e econômico do País. . Não há, desta forma, espaço para um sistema neutro ou completamente internacionalizado de propriedade industrial no Brasil. .

A tutela dos direitos autorais, de outro lado, não tão ligada, no texto constitucional, às claras e específicas raízes nacionais, volta-se aos conceitos de tutela dos direitos da pessoa humana, de cunho, assim, *natural* e *universal*, ainda que, como toda propriedade, sujeita à obrigação de um uso socialmente adequado. .

Não fosse a industrial cultural uma das maiores fontes de ingressos dos países desenvolvidos, e um fator estratégico inestimável. . A posição dos países europeus e, em particular, da França, na longa discussão dos acordos da OMC relativos aos bens culturais <sup>9</sup> demonstra, no entanto, que a posição da Carta de 1988, ingenuamente voltada à idéia do homem de Rousseau vai, na verdade enfraquecendo os direitos dos criadores nacionais, em face de uma cultura global. .

### O argumento contra a propriedade intelectual

The implication of this analysis is that intellectual property cannot be justified on the basis of the marketplace of ideas. . The utilitarian argument for intellectual property is that ownership is necessary to stimulate production of new ideas, because of the financial incentive. . This financial incentive is supposed to come from the market, whose justification is the marketplace of ideas. . If, as critics argue, the marketplace of ideas is flawed by the presence of economic inequality and, more fundamentally, is an artificial creation that serves powerful producers of ideas and legitimates the role of elites, then the case for intellectual property is unfounded. . Intellectual property can only serve to aggravate the inequality on which it is built. . (...)

---

<sup>9</sup> Vide, quanto aos interesse da individualidade cultural canadense sob o NAFTA, Trebilcock e Howse, *The Regulation of International Trade*, Rutledge, Londres, 1995, p. 12 e seg.

In a society without intellectual property, creativity is likely to thrive. . Most of the problems that are imagined to occur if there is no intellectual property -- such as the exploitation of a small publisher that renounces copyright -- are due to economic arrangements that maintain inequality. . The soundest foundation for a society without intellectual property is greater economic and political equality. . This means not just equality of opportunity, but equality of outcomes. . This does not mean uniformity and does not mean leveling imposed from the top: it means freedom and diversity and a situation where people can get what they need. . (...)

Intellectual property is only one technique of many by which powerful groups control information in order to protect and expand their positions and wealth. . Challenging intellectual property is only one part, though an important part, of challenging inequality. .<sup>10</sup>

### A primeira de todas as propriedades intelectuais

For a couple of centuries prior to 510 B. .C. ., when its enemies destroyed it, there was a Greek colony in Southern Italy called Sybaris, notorious for its voluptuous life style. . A Greek writer of around 200 B. .C. . named Athenaeus, quoting from a much earlier historian named Phylarcus, wrote the following about the Sybarites:

“Phylarcus, I say, states that “The Sybarites, having given loose to their luxury, made a law that. . . .if any confectioner or cook invented any peculiar and excellent dish, no other artist was allowed to make this for a year; but he alone who invented it was entitled to all the profits to be derived from the manufacture of it for that time; in order that others might be induced to labour at excelling in such pursuits . . . . .”

Remarkably, this law, in common with our patent system, gave inventors statutory rights to exclude others from making, for a limited time, a new and useful invention, in order to promote a useful art, by providing an economic incentive<sup>11</sup>. .

### **Por que “propriedade”?**

Entende-se, conforme as leis civis de tradição romanística, por propriedade (de bens corpóreos) a soma de todos os direitos possíveis, constituídos em relação a uma coisa: é a *plena in re potestas*. .

Uma definição analítica (como a do nosso Código Civil de 1916 e do de 2002, art. . Art. . 1. .228) seria: o direito constituído das faculdades de usar a coisa, de tirar dela seus frutos, de dispor dela, e de reavê-la do poder de quem injustamente a detenha. . Os direitos reais diferentes da propriedade seriam exercícios autônomos das faculdades integrantes do domínio, de parte deles, ou limitações e modificações. .

---

<sup>10</sup> Brian Martin, Against intellectual property. University of Wollongong, NSW 2522, Australia. Department of Science and Technology Studies, encontrado em [http://www.eff.org/IP/against\\_ip.article](http://www.eff.org/IP/against_ip.article), site visitado em junho de 2002.

<sup>11</sup> Giles S. Rich, Circuit Judge, Court of Appeals for the Federal Circuit, The “Exclusive Right” Since Aristotle.

A emergência das novas formas de propriedade exige, porém, que se analise tal fenômeno jurídico sob o ângulo da estrutura dos direitos em geral, levando em conta, inclusive, a natureza dos objetos destes mesmos direitos <sup>12</sup>.

Em termos muito genérico, propriedade poderia ser definida como “controle jurídico sobre bens econômicos”. A palavra controle tem a acepção de regulamento, além da de domínio, ou soberania; é a segunda significação que cabe ao conceito ora expresso <sup>13</sup>. Falando dos fundamentos de uma economia de mercado, Jaquemim e Schrans <sup>14</sup> lembram:

Em geral, um bem não adquire uma utilidade econômica, ou ainda, uma coisa não se converte em bem, senão graças aos direitos que se têm sobre ela. Assim, uma certa forma de propriedade está na base das trocas. Esta propriedade confere, com efeito, um controle do bem ou do serviço, de forma que haja uma relação entre o fato de adquirir e o de dispor. Assegura a possibilidade de excluir, até certo grau, a utilização por outrem. Além disso, comporta o direito de ser transferida. Quanto mais estritos são os princípios de exclusividade e de transferência da propriedade de um bem, mais o valor comercial desse bem tenderá a subir. Em suma, o verdadeiro bem é menos a coisa do que os próprios direitos. (ênfase nossa)

As características econômicas da propriedade serão, assim, o controle sobre o bem (inclusive o bem-serviço), e a possibilidade de excluir a utilização por outrem.

Mas a tradição tem reservado a palavra “propriedade” ao controle sobre coisas, ou bens tangíveis; por uma extensão relativamente moderna, admite-se falar de propriedade intelectual, propriedade industrial, propriedade comercial, etc., para descrever direitos exercidos com relação a certos bens intangíveis.

### Propriedade e função

O contexto da instituição jurídica da propriedade mudou radicalmente desde a noção romana da *plena in re potestas*. Esculpida como um direito-função, com fins determinados, confiada a cada titular para realização de objetivos socialmente importantes, a propriedade em geral tem seu estilo novo desenho no Código Civil de 2002 da seguinte forma:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reaver a coisa do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

---

12 Vide Foyer e Vivant, *Le Droit des Brevets*, PUF 1991, p. 263 e seg., num resumo essencial das discussões sobre o tema. Vide nossa dissertação de mestrado *Know How e Poder Econômico*, UFG 1982.

13 Fábio Konder Comparato, *O Poder de Controle nas S.A.*, Ed. Revista dos Tribunais, 1976, pg. 11.

14 Jaquemim e Schrans, *O Direito Econômico*. Ed. Vega (Lisboa) pg. 13.

§ 2º São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem. .

§ 3º O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente. . ( . ... )

A raiz histórica e os fundamentos constitucionais da propriedade intelectual são muito menos *naturais* e muito mais complexos do que a da propriedade romanística; como se verá, disto resulta que – em todas suas modalidades – a propriedade intelectual é ainda mais *funcional*, ainda mais condicionada, ainda mais socialmente responsável, e seguramente muito menos plena do que qualquer outra forma de propriedade. .

### A questão da exclusividade

O “controle jurídico” de que fala o conceito inicialmente proposto é melhor expresso pela palavra “poder”; o poder de ação, conferido pela ordem jurídica a uma pessoa, para que possa alcançar um interesse próprio é o direito subjetivo. . Costuma-se analisar tal noção de forma a evidenciar a existência de um sujeito ativo, que detém o poder; de um sujeito passivo, a quem cabe um dever; de uma relação jurídica entre os dois pólos subjetivos; e de um bem, objeto desta relação. .

Este poder de agir por vezes se exerce sobre um sujeito passivo determinado, cujo dever, além da obrigação genérica de respeitar o poder do polo ativo, é de realizar uma prestação, uma atividade positiva ou negativa. . Tal atividade é, ao mesmo tempo, o objeto da relação, e a forma de se executar o poder. . Quando se dá, da maneira descrita, uma coincidência entre dever do sujeito passivo e o objeto do poder, tem-se o direito subjetivo de crédito. . Quando a atividade negativa de um sujeito determinado consiste em abster-se perante o exercício do poder do sujeito ativo, têm-se os chamados direitos potestativos que são direitos subjetivos de crédito cujo conteúdo se esgota no próprio poder <sup>15</sup>. .

A noção de “direitos exclusivos” merece reflexão especial. . Pontes de Miranda <sup>16</sup>, ao tratar exatamente do segredo de fábrica, refere-se à eficácia “*erga omnes*, mas não real” daquela figura jurídica. . Ao usar tal expressão, algo paradoxal, o autor reconhecia que há no caso eficácia absoluta (*erga omnes*) mas não um poder de excluir terceiros com os mesmos direitos *erga omnes* (por exemplo, o de ter a oportunidade de usar uma estrada pública), ou seja, não é um direito exclusivo <sup>17</sup>. . Os direitos de oportunidade são todos deste tipo, pressupondo um bem-meio (a oportunidade) e um bem-fim (a estrada pública); a existência ou não de exclusividade refere-se, de fato, ao bem-fim, pois o bem-meio será sempre exclusivo, sob pena de inexistir direito *erga omnes*. .

---

15 Passarelli: op. cit. pg. 50s 0seg.

16 Pontes de Miranda, Tratado de Direito Privado, vol. XVI, § 2005. Borzoi Ed. 1971.

17 Carvalho Santos, Código Civil de 1916 Interpretado, vol. II, 1964, pg. 154. Jurisprudência RJ 468/87-88.



Os direitos absolutos podem, assim, ser exclusivos ou não exclusivos conforme seja materialmente ou juridicamente impossível fazer incidir outros direitos idênticos sobre um mesmo bem-fim. . Em se tratando de bens corpóreos patrimoniais, os atributos físicos de individualidade e atualidade (*corporales sunt quae sunt*, no dizer de Cícero), se acrescidos pelo propósito de apropriação, transformam o direito absoluto em exclusivo. .

Tais são os chamados direitos reais, cujos predicados de seqüela e transferência podem ser explicados pela natureza do direito (absoluto), pelas qualificações do objeto (individualizado e atual) e pelo objetivo da apropriação. . Quando ao poder do sujeito ativo não corresponde um dever, específico, de nenhum sujeito ativo, a não ser aquele de respeitar a juridicidade do exercício do mesmo poder, há um direito absoluto. .

Concebe-se, também, que haja, poderes que não se exercitem em interesse próprio, mas para atender objetivos ao menos parcialmente alheios. . É o caso do poder tutelar, do poder marital, e do exercício da jurisdição pelo magistrado: são poderes-função, em que existe um dever-poder, um exercício não voluntário de um poder de agir. . Tais poderes não serão direitos subjetivos, mas potestades <sup>18</sup>. .

Entre os direitos de conteúdo não patrimonial, são absolutos e exclusivos os de personalidade, os políticos, os chamados direitos humanos, etc. . De outro lado, são insuscetíveis de direitos exclusivos a *res communes omnium* tais como as vias públicas, ou o mercado (o espaço jurídico onde se tecem as relações econômica <sup>19</sup>); as coisas ou bens de uso inexaurível, como o ar atmosférico, que no entanto se transformam em objetos possíveis de direito exclusivo se parceladas e individualizadas; e todos os bens inapropriáveis, em relação àquelas pessoas que não podem apropriar-se deles <sup>20</sup>. .

Os bens, produtos da inventiva industrial ou da criação estética, denominados usualmente imateriais, carecem dos atributos das coisas corpóreas, objeto natural dos direitos reais: não são individualizadas e atuais, no sentido de que podem ser reproduzidos ou recriados por uma outra pessoa, diversa do criador original. .

Embora suscetíveis de serem objetos de direitos absolutos exclusivos, esta exclusividade não impede, a rigor, a reprodução ou a recriação, que são processos de produzir objetos idênticos, mas diferentes <sup>21</sup>. . Por ficção, o Direito tem atribuído a tais bens as mesmas

---

18 Comparato, op. cit., p.98. A definição acima presume a noção de apropriação, que é a aquisição da possibilidade de destinar um bem ao atendimento exclusivo dos fins próprios de uma pessoa. A idéia é mais abrangente do que a de propriedade, pois, de um lado, admite uma possibilidade de fato de apropriar-se de um bem; e, de outro, não se limita ao poder sobre bens corpóreos ou bens imateriais; e, finalmente, abrange o bem “atividade do sujeito passivo determinado”. Enfim, apropriar-se é um conceito mais filosófico do que técnico-jurídico, mas tem sua funcionalidade científica no seu próprio campo.

19 Vale lembrar o art. 219 da Constituição Federal que declara ser o mercado interno patrimônio nacional...

20 Bevilacqua, op. cit. p. 221.

21 Hegel, Principes de Philosophie du Droit, Gallimard, 1963, pg. 127.

qualidades das coisas sob direito real, fazendo prevalecer a exclusividade do direito mesmo sobre bens idênticos de criação absolutamente autônoma<sup>22</sup>. .

---

22 Não nos referimos, aqui, à peculiaridade do direito autoral, que protege até mesmo criações (e não coisas) idênticas - duas composições de rock - idênticas, desde que cada uma seja concebida originalmente.